

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS****TERMO DE REFERÊNCIA****I - Objeto** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

1.1 Aquisição de roupeiros, cadeiras fixas, supedâneos, ventiladores de pedestal e carrinhos de transporte de materiais, classificados como bens comuns, conforme as especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

Item	Descrição	CATMAT / CATSE
1	ROUPEIROS EM AÇO Características 1. Armário todo em aço com caixa externa não desmontável; 2. Tipo vestiário (guarda-roupa); 3. Dimensões de 1,97m de altura total x 0,92m de largura x 0,42m de profundidade, podendo variar estas medidas em até 2 (dois) cm para mais ou para menos; 4. Estrutura em chapa de aço 22; 5. Chapa de aço carbono laminado com tratamento antidecapante e antiferruginoso (preferivelmente fosfatização química), com pintura à base de epóxi pó, com carga eletrostática (inclusive das portas e dobradiças); 6. Suspenso por 4 (quatro) pés, fixos, em aço de 8 a 10 cm de altura, revestidos com sapata a base de borracha ou de polipropileno de alto impacto; 7. 6 (seis) compartimentos nas mesmas dimensões internas, sendo 3 (três) na parte superior e 3 (três) na parte inferior, cada qual com porta individual com ventilação na parte superior, dotada de porta-cadeado; 8. Na cor cinza claro ou argila (com tonalidade a ser definida pela Administração do TRE, de acordo com o catálogo de cores da empresa vencedora);	383222 (Classe 7125)

	9. O armário deverá ser entregue completamente montado, em perfeitas condições de uso e sem avarias;	
2	<p>CADEIRAS FIXAS</p> <p>Características</p> <ol style="list-style-type: none">1. Cadeira fixa em courvin, sem braços, com 4 pés, na cor preta;2. Empilhável;3. Estrutura confeccionada em aço (ABNT 1010/1020), em tubo industrial 7/8". Todas as peças metálicas do conjunto com acabamento em pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster com superfície uniforme, boa aderência e isenta de falhas, bolhas, descascamentos ou imperfeições;4. Componentes metálicos soldados pelo sistema MIG, com proteção de superfície. Acabamento em pintura eletrostática em epóxi-pó com pré-tratamento anti-ferruginoso, com propriedades de resistência a agentes químicos;5. Com sapatas em polietileno de alta densidade ou injetadas em nylon, fixados na estrutura por encaixe;6. Encosto: cor preta, provido de superfície estofada em espuma flexível injetada, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade entre 40 a 55 kg/m³. Moldada anatomicamente com raio de aprox. 400 mm de saliência para apoio lombar e espessura média de 40 mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos;7. Assento na cor preta, com chassi em material confeccionado em compensado prensado a quente com aproximadamente 14mm de espessura com formato anatômico. Com superfície estofada em espuma flexível injetada, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade entre 40 a 55 kg/m³ e moldada anatomicamente e espessura média de 50 mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos;8. Ligação do assento e encosto por estrutura metálica, recoberta com sanfona de poliestireno; :9. Medidas (20 mm para mais ou para menos): altura total: 850mm;	382870 (Classe 7110)

	<p>assento: largura: 460mm; profundidade: 440mm; altura (medida do piso até a superfície do assento): 460mm;</p> <p>encosto: largura: 410mm; altura: 380mm.</p>	
3	<p>APOIO PARA PÉS (SUPEDÂNEO)</p> <p>Características</p> <p>1. Material bandeja: injetado em ABS alto impacto, com textura antiderrapante;</p> <p>2. Estrutura tubular em aço 1/2", formato triangular e acabamento zinco cromo ou pintura E-cout;</p> <p>3. Sapatas em PP copolímero e acabamento emborrachado antideslizante;</p> <p>4. Medidas:</p> <p>Largura: 400 a 450 mm</p> <p>Profundidade: 280 a 350 mm</p> <p>5. Produto em conformidade com a NR17.</p>	<p>324299</p> <p>(Classe 7195)</p>
4	<p>VENTILADOR DE COLUNA</p> <p>1. Composição: metal;</p> <p>2. Mínimo de 3 (três) velocidades;</p> <p>3. Hélice de 4 (quatro) pás - diâmetro mínimo de 40cm;</p> <p>4. Inclinação regulável e oscilação horizontal automática;</p> <p>5. Coluna telescópica com altura ajustável:</p> <p>- Altura mínima de 102 cm até 110cm,</p> <p>- Altura máxima de 135 cm até 140 cm;</p> <p>6. Grades protetoras removíveis com espaçamento da grade que não permita contato direto com a hélice;</p> <p>7. Voltagem: 127v;</p> <p>8. Baixo nível de ruído;</p> <p>9. Com alça para transporte;</p> <p>10. Potência mínima de 50 W.</p>	<p>440792</p> <p>(Classe 4140)</p>
5	<p>CARRINHO DE TRANSPORTE DE CARGA EM 2 RODAS</p> <p>Características:</p>	<p>277313</p> <p>(Classe 3920)</p>

1. Alça com empunhadura única ergonômica emborrachada e centralizada;
2. Estrutura em ferro tubular e base/aba chata;
3. Dimensões do carrinho:
 - altura: 125 cm,
 - largura na parte inferior: 38 cm
4. Aba: com, ao menos, uma barra transversal central e as seguintes medidas:
 - profundidade mínima: 27 cm,
 - largura: aproximadamente 36 cm,acompanhando a largura na parte inferior do carrinho.
5. As dimensões dos itens 3 e 4 podem variar em até 2 cm para mais ou para menos, com exceção da profundidade de aba;
6. Capacidade de carga mínima de 150 kg;
7. A superfície inferior da aba do carrinho deve encostar diretamente no chão sem a presença de sapatas ou qualquer outro tipo de acessório.
8. Tratamento superficial com pintura à base de epóxi pó, com carga eletrostática.
9. 2 (duas) rodas em ferro, com 40 mm de banda de rodagem, podendo variar em até 5mm para mais ou para menos, com diâmetro de 8” a 10” com rolamento, com pneu de borracha maciço, novo, original de fábrica, sem câmara;
10. Cor azul escuro, a definir conforme catálogo de cores da empresa vencedora;
11. Conforme fotografia abaixo:



1.2 O objeto desta contratação, classificado como bem comum, não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria Presidência nº 30, de 20 de junho de 2022.

1.3 Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

2.1 A fundamentação da contratação está contida no Estudo Técnico Preliminar (ETP) id 4889640, presente no Processo Administrativo SEI TRE-RJ nº 2025.0.000042892-2, aprovado em 17 de março de 2026, pelo Secretário de Administração Interino, Luciano dos Santos Dantas.

2.2 A equipe não identificou riscos além dos já listados no macroprocesso de contratações.

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

A descrição da solução está indicada no tópico I.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

4.1 Das obrigações da contratada:

4.1.1 Executar o objeto conforme as determinações previstas neste Termo de Referência.

4.1.2 Trocar, às suas expensas, o material que for recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo, que somente ocorrerá após o aceite definitivo.

4.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de referência, o objeto fornecido com defeito, vícios ou incorreções.

4.1.4 Informar no momento de envio da proposta, endereço eletrônico e contato telefônico para comunicação com o TRE/RJ, sendo de sua responsabilidade mantê-los atualizados durante toda a fase de execução da contratação.

4.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas.

4.1.6 Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

4.1.7 Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

4.1.8 Orientar e treinar, quando for o caso, seus empregados sobre as disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, dando-lhes conhecimento formal das cláusulas, condições e obrigações relacionadas à Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, inclusive no tocante à Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Justiça Eleitoral, instituída pela Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.1.9 Autorizar à Contratante o acesso aos dados pessoais dos representantes da Contratada, para formalização e execução do objeto do contrato, tais como: nome, número do CPF, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, em atendimento ao disposto na LGPD e na Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.1.10 Indicar representante para assuntos relacionados à LGPD, sempre que solicitado pelo TRE-RJ, que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato, observada a necessária apresentação de termo de compromisso e responsabilidade pelo acesso aos dados;

4.1.11 Prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, comprometendo-se, ainda, quando necessário e dentro das limitações pertinentes ao objeto do contrato, a auxiliar a contratante em relação à requisição dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da LGPD, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

4.1.12 Assegurar que os subcontratados estejam vinculados por obrigações de confidencialidade, segurança e privacidade de dados, conforme estabelecido neste termo de referência, na hipótese de a contratação permitir a subcontratação;

4.1.13 Pela assinatura do contrato, a contratada fica ciente de que qualquer violação às disposições da LGPD é considerada uma violação do instrumento contratual pactuado pelas partes, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

4.1.14 Fica ciente, ainda, de que os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada, obtidos em razão da execução contratual, poderão ser divulgados pela contratante, com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência;

4.2 Obrigações do contratante:

4.2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado.

4.2.2 Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2.3 Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja sanado o problema.

4.2.4 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2.5 Tratar os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada para viabilizar o acesso às instalações físicas do Tribunal, a gestão contratual através de sistema de informação e o cumprimento do dever legal de fiscalização da execução do contrato;

4.3 Obrigações comuns às partes:

4.3.1 As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

4.3.2 A contratante figura na qualidade de (controladora/operadora) de dados enquanto a contratada é definida como (controladora/operadora) de dados.

4.3.3 A contratante e a contratada serão consideradas controladoras conjuntas quando

eventualmente houver uma participação conjunta na determinação das finalidades e meios de

tratamento dos dados pessoais, hipótese em que devem ser definidos os papéis e

responsabilidades de cada controlador;

4.3.4 As partes comprometem-se, ainda, a:

4.3.4.1 realizar o tratamento dos dados pessoais pautado pela boa-fé e pelos princípios previstos no art. 6º da LGPD, em especial os da finalidade adequação, necessidade, transparência e livre acesso, em compatibilidade com o objeto contratado;

4.3.4.2 manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa/Edital, do instrumento contratual ou documento equivalente, bem como as decorrentes de obrigações legais e determinação judicial;

4.3.4.3 manter registros precisos e atualizados das atividades de tratamento e compartilhamento de dados pessoais, incluindo o acesso e a utilização dessas informações, para fins de auditoria e prestação de contas;

4.3.4.4 obter e apresentar à outra, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos termos de ciência ou consentimento, quando for o caso, dos titulares para o tratamento dos dados pessoais dos quais forem controladoras, bem como os respectivos termos de compromisso e responsabilidade pelo acesso e tratamento de dados realizados por seus servidores, colaboradores, prepostos, prestadores de

serviço, contratados terceirizados ou autônomos, sócios ou diretores a elas vinculados;

4.3.4.5 implementar todas as medidas técnicas e organizacionais cabíveis para prover um nível de segurança adequado frente aos riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato, dentre elas o armazenamento dos dados tratados em banco de dados seguro, no território nacional e com acesso restrito;

4.3.4.6 comunicar, em até 24 horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda,

alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD; e

4.3.4.6 eliminar os dados pessoais que venham a ter acesso, após a satisfação da finalidade respectiva, encerramento do tratamento por decurso de prazo ou pelo término da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

4.3.5 A contratante poderá realizar auditorias nos processos da contratada para verificar a conformidade do tratamento dos dados pessoais pertinentes ao objeto do referido contrato, conforme determinado pela LGPD e pela Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.3.6 As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, comprovadamente causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

5.1 - Do contrato - itens 1, 2 e 5: O TRE-RJ fará as aquisições através de termo de contrato, que deverá ser assinado pela empresa vencedora do certame em, no máximo, 3 dias úteis, a contar da convocação deste Tribunal, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

5.2 - Do empenho - item 3 e 4: As aquisições serão formalizadas através da emissão de nota de empenho, cujo recebimento deverá ser acusado no prazo de 3 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

5.3 Os prazos dos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

5.4 Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

5.4. Da apresentação do protótipo para os itens 1, 2 e 5:

5.5.1 A empresa vencedora deverá entregar um protótipo do item para verificação da conformidade ao exigido (especificação) em até 10 dias úteis após o início da vigência do contrato.

5.5.2 O protótipo deverá estar devidamente identificado com o nome do licitante e número do processo de licitação.

5.5.3 O local de entrega do protótipo: Seção de Material Permanente e Patrimônio (SEPATR), situada na Av. Brasil, 2.540, Benfica, Rio de Janeiro, no horário de 10h às 16h. Tel: (21) 2589-0323 / (21) 2589-5411. Localizada na subida do viaduto de Benfica, após a passarela 4 da Avenida Brasil, sentido à Zona Oeste.

5.5.4 O protótipo será analisado pela Fiscalização, que emitirá um atestado de aprovação ou reprovação no prazo de até 7 dias úteis.

5.5.5 A Fiscalização do contrato, com vistas à aprovação do protótipo apresentado, procederá à análise da conformidade de acordo com as especificações do edital, sendo ainda avaliadas as seguintes características: acabamento, materiais de revestimento e tonalidades de cor. A análise poderá ser acompanhada por todos os licitantes.

5.5.6 Enquanto não expirado o prazo para entrega do protótipo, o vencedor poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no protótipo apresentado. O prazo de entrega será suspenso durante a fase de análise pela Fiscalização, começando a contar o prazo restante da data do recebimento da comunicação da reprovação à empresa.

5.5.7 O protótipo aprovado somente será devolvido após a análise e verificação, pela Fiscalização, de todo o material entregue referente à nota de empenho.

5.5.8 Mediante solicitação da empresa, o protótipo poderá, a critério da Fiscalização do contrato, integrar o quantitativo descrito na nota de empenho. Caso contrário, o protótipo será devolvido no estado em que se encontrar ao final da análise, devendo ser retirado no prazo de 30 dias a contar da comunicação do TRE-RJ, ficando as despesas de transporte sob a responsabilidade do fornecedor.

5.6 Entrega dos bens:

5.6.1 Para os itens 1 e 2, o prazo máximo de entrega é de 40 (quarenta) dias, contados a partir do recebimento do atestado de aprovação do protótipo.

5.6.2 Para os itens 3, 4 e , o prazo máximo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

5.6.3 Para o item 5, o prazo máximo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do atestado de aprovação do protótipo.

5.6.4 A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material solicitado, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.6.5 Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir os produtos recusados pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa. A suspensão só poderá ocorrer uma única vez.

5.6.6 A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo, que somente ocorrerá após o aceite definitivo.

5.6.7 - Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, motivada por fato excepcional e estranho à vontade da contratada, somente será passível de apreciação caso remetida a este Tribunal ainda na vigência do prazo original de entrega, devidamente fundamentada, para o e-mail compras@tre-rj.jus.br, ressaltando-se que a confirmação de recebimento da solicitação não garante a dilação pleiteada, uma vez que a autorização da prorrogação fica a critério deste Tribunal.

5.7 Embalagem: O material deverá ser acondicionado conforme a praxe do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor.

5.8 Os itens deverão ser entregues montados.

5.9 Garantia e Assistência Técnica:

5.9.1 Para o item 1 e 5: Será prestada pela contratada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo do material pelo TRE/RJ.

5.9.2 Para o item 2: Será prestada pela contratada pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo do material pelo TRE/RJ.

5.9.3 Para os itens 3 e 4: Será prestada pelo fabricante ou representante autorizado no prazo de 12 meses, contados do recebimento do material, no município do Rio de Janeiro.

5.9.4 Para os itens 1, 2 e 5: É obrigação da contratada prestar assistência técnica nas dependências do TRE-RJ ou, não sendo possível sanar o defeito do material no local em que se encontra, retirá-lo para conserto externo, sem qualquer ônus, inclusive de frete, para este Tribunal.

5.9.5 Cada um dos bens não poderá ficar paralisado ou fora das dependências TRE-RJ por período de tempo superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação de assistência técnica.

5.9.6 Os chamados de assistência técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de 72 horas úteis, após a comunicação do TRE/RJ. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade pelos bens retirados para conserto, responsabilizando-se pelo transporte e guarda.

5.9.7 A Contratada deverá informar e manter atualizado(s) o(s) nome(s) da(s) pessoa(s) responsável(is) e os números de telefone e e-mail, por meio dos quais a Contratante poderá solicitar os serviços de montagem e assistência técnica dentro do prazo de garantia.

5.9.8 Todo e qualquer bem defeituoso que necessite, num intervalo de 30 dias, de três ou mais solicitações de assistência técnica deverá ser substituído por outro novo, com as mesmas características e de qualidade superior, após aprovação do novo modelo pela Fiscalização de Contrato, sem qualquer ônus para o TRE/RJ, inclusive de frete.

5.9.9 Durante o prazo de garantia, a Contratada obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto. Incumbirá à Contratada o ônus da prova da origem do defeito.

5.9.10 Vencido o prazo inicialmente fixado ou o de eventual prorrogação sem que o bem tenha sido entregue ou consertado, a Fiscalização notificará a contratada acerca do transcurso da data limite. A partir da notificação, o inadimplemento será considerado como recusa do cumprimento da obrigação pactuada, estando a contratada sujeita às penalidades previstas no Edital.

5.10 Os materiais deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “f”, da Lei 14.133/2021)

6.1 Os agentes da administração que atuarão na gestão do contrato estão discriminados nos subitens 7.2.1. Para os itens 1 e 2: Os gestores e fiscais de execução serão designados dentre os servidores da SEPATR.

6.2 A comunicação entre os agentes do TRE/RJ e o representante da contratada será realizada, preferencialmente, através de mensagens eletrônicas.

6.3 Diante das especificidades do presente objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação não identificou situações específicas, que ensejam aplicação de multa, além daquelas situações ordinárias (atraso na entrega e inexecução), que serão descritas no futuro edital de licitação.

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

7.1 Por se tratar de aquisição de material com entrega imediata e total, não haverá medição para o pagamento.

7.2 O processo de liquidação e pagamento seguirá as seguintes etapas e prazos:

Etapas	Procedimento de fiscalização	Prazo	Responsável
Recebimento provisório	Conferência da conformidade dos quantitativos entregues em relação à descrição constante no Termo de Referência e na nota fiscal.	Até 3 dias úteis a contar da entrega total do material.	SEPATR
Recebimento definitivo	Conferência da conformidade das características do material em relação às especificações descritas no Termo de Referência e ao protótipo aprovado.	Até 7 dias úteis a contar da emissão do relatório de recebimento provisório	Gestor do Contrato (para os itens 1, 2 e 5) Comissão de Recebimento do Material (para os itens 3 e 4)
Atesto da nota fiscal	Conferência da conformidade do documento fiscal	Até 1 dia útil a contar da emissão do relatório de recebimento definitivo	Gestor do Contrato (para os itens 1, 2 e 5) Comissão de Recebimento do Material (para os itens 3 e 4)
Pagamento	Verificação da regularidade fiscal da contratada e demais condições de habilitação	Até 10 dias úteis a contar do atesto da nota fiscal	Secretaria de Orçamento e Finanças

7.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

7.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5 Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido acima retornará à contagem inicial.

7.6 Caso a nota fiscal apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar da comunicação deste Tribunal.

7.7 No caso de pessoa física, o valor referente ao percentual de 20% do valor da proposta a título de contribuição patronal à Seguridade Social será recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a IN SEGES/ME nº 116, de 21/12/2021.

7.8 Quando o contratado for optante pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para que não sofra a retenção de tributos, a nota fiscal deverá vir acompanhada da declaração de Optante pelo Simples, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB 1.234/2012 com a redação dada pela IN RFB 1.244/12.

7.9 Os prazos serão interrompidos sempre que se façam necessários a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou do saneamento na inconsistência

do documento fiscal apresentado pela contratada.

7.10 Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, será verificada a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

7.11 No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

8.1 Modalidade da Licitação: O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei 14.133/21.

8.2 Critérios de seleção do fornecedor:

8.2.1 O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos:

8.2.1.1 Folder, catálogo ou documentos do fabricante ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação do produto às exigências do Termo de Referência.

8.2.1.2 Para os itens 2 e 4:

8.2.1.2.1 Certificado de regularidade do IBAMA do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto ao sítio do IBAMA (www.ibama.gov.br) se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadora de Recursos Ambientais – de acordo com o art. 17 inc. I e II da [Lei Federal 6938/1981](#), bem como [Instrução Normativa nº 13, de 23/08/21 do IBAMA](#). Não serão aceitos certificados na área de comércio ou representação comercial.

8.2.1.2.2 Quanto aos itens 1, 3 e 5, o Certificado de Regularidade junto ao IBAMA não será exigido, pois os principais fabricantes do ramo não possuem o certificado, o que demonstra que o mercado ainda não está ajustado a tal exigência.

8.2.1.3 Para o item 2:

8.2.1.3.1 Licença Ambiental: LO - Licença de Operação para a fabricação do material, dentro da validade, emitida por órgão estadual ou municipal competente, de acordo com o Art. 8º, da Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Não serão aceitos certificados na área de comércio ou representação comercial.

8.2.1.3.2 A exigência visa garantir que a empresa fabricante esteja devidamente autorizada a exercer suas atividades pelo órgão ambiental competente, considerando que a produção de mobiliário envolve processos industriais potencialmente poluidores.

8.2.1.3.3 Certificado de Conformidade do Produto, emitido por organismo acreditado pelo Inmetro, em atendimento à NBR 13962/2018, com a identificação do modelo cotado, não sendo aceito modelo genérico que não indique modelo e o código da cadeira ou laudo (relatório de ensaio) de todo escopo da norma NBR 13962/18, do modelo ofertado, emitido por laboratório acreditado pela Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio do INMETRO. O relatório de ensaio deve vir com informação necessária e suficiente para perfeita identificação da amostra ensaiada.

8.2.1.3.4 A exigência visa garantir qualidade, segurança e ergonomia, conforme a NBR 13962/2018. Busca assegurar resistência e durabilidade para uso contínuo. A certificação evita o fornecimento de

produtos fora das especificações.

8.2.1.3.5 NBR 8537/15 - Ensaio de Determinação da Densidade da Espuma Polimérica, emitido por Laboratório acreditado pela Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio do INMETRO, demonstrando que a média alcançada deverá estar dentro do mínimo exigido neste Termo de Referência.

8.2.1.3.6 O ensaio conforme a NBR 8537/15 assegura que a densidade da espuma polimérica atenda ao mínimo exigido, garantindo resistência, durabilidade e conforto. Sem esse controle, as cadeiras poderiam apresentar desgaste precoce ou conforto inadequado aos usuários.

8.3 Documentação exigida para habilitação técnica para os itens 1 e 2:

8.3.1 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha fornecido, no mínimo, 25% do quantitativo total do item.

8.3.2 Será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados.

8.3.3 Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

8.3.4 A justificativa para a solicitação do atestado de capacidade técnica se fundamenta na necessidade de aferição da experiência e da expertise da empresa em fornecer os bens a serem registrados.

8.4 Documentação exigida para habilitação econômico-financeira para os itens 1, 2 e 5:

8.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.4.2 A justificativa dessa exigência é assegurar que a empresa contratada possua saúde financeira compatível com as obrigações contratuais.

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)

9.1 Unidade Gestora Responsável: Secretaria de Administração - SAD

9.2 Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral

9.3 Código do Item Orçamentário: SAD 027 e SAD 020

9.4 Classe de materiais: 7125/7105/7195/4140/3920

9.5 Valor estimado da despesa: O valor estimado da despesa constará no Anexo II do edital de licitação.

X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Não se aplica.

RENATO MARQUES DO CARMO
CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E PATRIMÔNIO



Documento assinado eletronicamente em 05/05/2026, às 11:34, conforme art. 1º, § 2º,

III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FELIPE DE MELLO SANTOS
CHEFE DA SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente em 05/05/2026, às 11:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4978016** e o código CRC **DA500CF0**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
